



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A LEI 10.639/03: OS DESAFIOS DOCENTES E A PÁTRICA PEDAGÓGICA EM TORNO DA RECEPÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS A RESPEITO DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM SALA DE AULA

Autor (Cláudio Robélío da Trindade); Co-autor (Karla Dayana Cardoso Veríssimo)

(Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. claudiorobelio@hotmail.com; karlaecristiano@hotmail.com)

Resumo: O presente artigo tem por finalidade refletir e discutir a concepção por parte dos docentes, e, recepção dos discentes no que diz respeito ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tendo em vista, que esse ensino preenche um espaço que deve ser respeitado nos currículos escolares e que são apoiados por lutas de movimentos negros, assim, Floresta Fernandes (1972) destaca que há quem pense que o negro luta por privilégios, através desses movimentos. Mas, isso não é verdade: eles lutam contra privilégios, que os mantiveram afastados, em detrimento de nossa segurança e de nosso progresso, dos direitos fundamentais do homem em nossa ordem social. Impulsionado pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, pretendemos mostrar que não apenas se tornou obrigatória a presença de conteúdos relacionados a essa temática, mas também, destacar as dificuldades enfrentadas pelos professores em sala de aula, por não terem uma preparação adequada para trabalhar estes assuntos, dificultando assim, a formação crítica dos alunos perante a sociedade. Diante disso, discutiremos como os alunos recebem e identificam conteúdos sobre a África e nossa descendência étnico-racial através de um questionário que foi aplicado em uma escola da rede estadual de ensino na cidade de Campina Grande-PB. A pesquisa foi apoiada na leitura de alguns autores que trabalham com essa temática e assim, as questões levantadas são fundamentos preeminentes para o andamento da prática pedagógica do professor em sala de aula.

Palavras-chave: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; movimentos negros; formação crítica.

1INTRODUÇÃO

A Lei Federal 10630/03 tem por finalidade requerer a presença dos conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, focados em uma educação das relações-raciais e também anti-raciais, assim, todas as escolas, sejam públicas ou particulares da educação básica, tem por obrigação incluir nos currículos do ensino



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

fundamental e médio essa temática, no intuito de ensinar aos alunos, conteúdos que se relacionem com a cultura afro-brasileira, feito, que tem provocado à revisão de materiais didáticos usados pelos docentes, como as mais variadas tarefas pedagógicas em torno da temática abordada. Mesmo assim, boa parte dos alunos ainda não tem conhecimento da contribuição histórico-social dos descendentes de africanos ao nosso país, pois, lamentavelmente, encontramos nos dias atuais, profissionais da educação sem aptidão para abordar questões relativas à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana criando posições contrárias tanto à lei quanto as diretrizes que estão voltadas a esta temática. Diante disso, ao que se diz respeito à aplicabilidade da lei, se tem discursões em vários eventos de cunho científico que envolve vários especialistas, que resulta em propostas, posicionamentos, materiais de auxílio aos professores, dentre outros.

É preciso ter em mente, que qualquer estudo relacionado ao racismo no Brasil é um tabu, com isso, a discursão sobre a diversidade em sala de aula tem por obrigação ser levada de uma maneira que condutas capazes de motivar atitudes discriminatórias, sejam banidas do cotidiano em sala de aula, fazendo com que o convívio diário com as diferenças se tornem harmoniosas, partindo de um trabalho pedagógico multicultural que valorize e respeite todas às diferenças, pois, em vários estudos que foram e são realizados em nosso país, constata-se que a maior parte dos alunos negros tem dificuldades ou até mesmo completo impedimento em atestar o seu princípio étnico, com isso, acredita-se que um dos motivos é a falta de referências otimistas no tocante a explanação da história dos negros, seja no Brasil ou ainda no continente africano, configurando um espaço no autoconceito do negro em nosso país.

Com a intenção de reparar e abrandar a escassez da historicidade em relação à cultura negra pode-se encontrar abertura para edificar, na grandeza do senso comum, um típico lendário, equipado de narrativas preconceituosas, chacotas que depreciam e elucidações sem base científica, o que vai gerar em pessoas de etnia negra, uma sensação de insuficiência, subalternidade, servilismos e baixa autoestima. Uma herança

que estranha a si mesmo e a sua devida história, que se reporta à escravidão, omissão, pobreza, ignorância, vícios e assim por diante. Dessa forma, deve-se levar em consideração a educação de cada indivíduo no geral, com a sua vida cotidiana, suas crenças e também valores, que em hipótese alguma, devem ser abandonados.

2 O PROFESSOR E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO TOCANTE AO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

É sabido que a condução e incorporação de mudanças ao currículo escolar por parte do docente, não é tarefa fácil, diante disso, torna-se obrigatório ao professor adotar decisões pertinentes, onde, não tomar partido, em certos casos, resulta em concordar com a arbitrariedade e a disparidade em sala de aula, pois lecionar requer entendimento de propósitos e metas, as quais se tem interesse em alcançar através do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a interferência em casos discriminatórios, racismo, preconceito ou outras formas de separação social é extremamente importante para que não se perdue práticas em oposição a humanidade em nome de uma superioridade de “raça” em desvantagem a outra.

Debater com os alunos vários episódios onde afro-brasileiros tiveram participação ativa é de suma importância, na pretensão de entregar a essa gente o seu devido lugar na história, pois, não é simples para um aluno negro presenciar a sua identidade se dissipando defronte as terríveis afirmações que são vistas em aulas de história com relação ao advento do seu povo. Falar da participação dos negros na história nacional, por exemplo, é imprescindível, pois a chamada “tradição cultural brasileira” possui muitos elementos favoráveis à constituição de uma verdadeira democracia racial (FERNANDES, 1972, p. 23).

Para isso, é preciso que o professor tenha um conhecimento aprofundado a respeito do tema abordado, no entanto, existem dificuldades para que isso ocorra onde tanto a escola quanto os cursos de licenciatura, não oferecem uma formação adequada a

eles, fazendo com que essa temática se torne precária ao ser posta em prática na sala de aula.

Corroborando com isso, podemos ressaltar que,

A abordagem das questões étnico-raciais na Educação Básica depende muito da formação inicial de profissionais da educação. Eles ainda precisam avançar para além dos discursos, ou seja, se por um lado, as pesquisas acadêmicas em torno da questão racial e educação são necessárias, por outro lado precisam chegar à escola e sala de aula, alterando antes os espaços de formação docente. (BRASIL, 2006, p. 128).

Diante de tudo isso, podemos verificar que transformações ocorreram a partir da lei 10639/03 na educação brasileira, pois, resultou em uma série de revisões dos conteúdos e colocações a respeito da história do negro e sua cultura, vigentes nos livros didáticos, fazendo com que estratégias pedagógicas fossem construídas no intuito de trabalhar estes conteúdos pelos docentes com a participação das equipes pedagógicas das escolas em sala de aula. Tais mudanças dizem respeito também ao modo de enxergar e trabalhar as questões étnico-raciais na escola, fornecendo consciência a respeito da presença africana na nossa história, dessa forma, foi preciso repensar o planejamento e projetos pedagógicos em todas as escolas, sejam elas de rede pública ou particular em todas as séries e modalidade de ensino, para que assim, fosse inserida discussões de acordo com a lei.

**3A RECEPÇÃO E A IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS COM RELAÇÃO AOS
CONTEÚDOS SOBRE ÁFRICA E NOSSA DESCENDÊNCIA ÉTNICO RACIAL**

O Brasil como se sabe foi o país que retardou em mais de 300 anos a libertação escrava, e esse atraso trás consequências claramente vistas hoje em nossa sociedade contemporânea. Não é difícil a mídia retratar casos de racismo e falta de respeito para com a população negra brasileira. Dados do IBGE retratam discrepâncias sociais, onde temos os negros ganhando salários menores que os brancos, sofrendo com a miséria, além de uma minoria, em relação aos brancos, ocuparem cargos de prestígio. Com a inserção da lei 10.639/03, exaltasse a importância de trabalhar a cultura Afro-brasileira em sala de aula e de mostrar aos alunos a história e as conquistas dos afro-brasileiros.

A educação tem um papel primordial na formação do caráter e desenvolvimento do aluno, e isso interfere diretamente na sociedade. A sala de aula é um ambiente desafiador para se trabalhar a questão étnica racial, por ser uma ambiente de conflitos, conversas, discussões e ratificação de preconceitos. Mas é justamente neste ambiente que a discussão sobre as relações étnico-raciais, deve ser profundamente abordada, não só como parte da grade curricular, mas sim como meio de estimular os alunos a valorizarem os legados culturais e sociais deixados pelos afro-brasileiros.

Como a inserção do conteúdo voltado para a cultura africana é recente, encontra-se uma grande dificuldade em meio aos docentes, de aplicar e inserir o assunto nas aulas. Além de o assunto muitas vezes não despertar o interesse do alunado. Em relação a isto, Pereira diz:

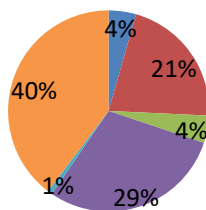
Daí, a necessidade imediata de educadores e educandos se articularem, a fim de estabelecer redes de convivência que resultem não só no ensino-aprendizagem de determinados saberes, mas, para, além disso, na percepção e na aceitação da importância de outras tantas maneiras de viver e de saber. (PEREIRA, 2007, p.15).

O Brasil é um país que tem mais 60% da sua população formada por negros, isso devido a sua relação com os negros vindos da África. Mas essa composição racial não é muitas vezes valorizada e nem levada em conta.

Em uma pesquisa realizada pelos bolsistas do subprojeto História/UFCG, realizada na Escola Estadual Itan Pereira, localizada na cidade de Campina Grande PB, no bairro da Ramadinha, bairro considerado perigoso; é possível constatar a não declaração da identidade negra. Como é possível observar nos gráficos:

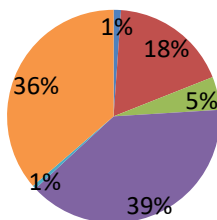
Auto-declaração - MASCULINO

■ Negros ■ Brancos ■ Amarelos ■ Pardos ■ Indígenas
■ Mulatos



Auto-declaração - FEMININO

■ Negras ■ Brancas ■ Amarelas ■ Pardas ■ Indígenas
■ Mulatas





É possível observar nos gráficos que uma pequena parcela se autodeclara negra. Com isso podemos observar uma deficiência no entender dos alunos, em relação ao que é ser negro. O negro na sociedade brasileira ainda é alvo de muitas discriminações, portanto é mais fácil se declarar de outras cores do que a sua cor de fato.

Ao aplicar um questionário perguntando aos alunos qual a sua cor racial, foi desenvolvido este gráfico. Após essa primeira observação, oficinas foram desenvolvidas onde se procurou trabalhar aspectos culturais e sociais sobre a população negra brasileira, desde a escravidão até os dias contemporâneos. O que observamos no desenvolver destas oficinas foi à falta de conhecimento sobre as conquistas e lutas negras. Muitos alunos desconhecem sua própria identidade e se interessam pouco pelo assunto. Ao desenvolver oficinas sobre a religião negra, observamos um comportamento preconceituoso e estereotipado sobre o assunto. Com isso entendemos que o problema não está apenas nos alunos, mas também na escola, na família e na sociedade brasileira, que por muito tempo criou um preconceito com toda e qualquer forma de manifestação cultural negra.

Trabalhar as diferenças dentro do ambiente escolar é um processo gradativo onde a participação de professores e pais são fundamentais. A cultura africana muitas vezes não é vista com maus olhos apenas pelos alunos, mas também por seus pais, que ao desconhecerem tal cultura acabam criando estereótipos muitas vezes intransponíveis na cabeça da criança. Esse trabalho de resgate das influências da população negra no Brasil, tem como objetivo valorizar as raízes africanas em um país onde a escravidão deixou marcas profundas. Para melhor entender e aplicar os conteúdos referentes à África, os materiais didáticos precisam estar adequados a essa necessidade, isso contribuiria para uma educação multicultural:

[...]A intenção de transformação da educação brasileira que procura a valorização da história e da cultura dos africanos e afrodescendentes busca



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

eliminar os fatores de exclusão das populações descendentes dos africanos que se proliferam desde o Brasil colônia. (ROSA, 2006, p.2).

Para despertar o interesse do alunado sobre este assunto é necessário uma elaboração de materiais que os incentive a refletir sobre a vida e o mundo, que desenvolva sua capacidade crítica e avaliativa, e que mostre o valor das raízes africanas, além de sua cultura, religião e arte. Isso contribui para que o aluno compreenda que ele próprio pode transformar seu cotidiano, através de sua própria conscientização sobre nossa história cultural afro-brasileira. Esse trabalho de conscientização desperta nos alunos o reconhecimento e a valorização das identidades negras. É exatamente nesse contexto de conscientização que entra o trabalho indispensável do educador. É preciso que os docentes estimulem o trabalho voltado à discussão de temas que discutam a lei 10.639/03, amplamente em sala de aula. Mesmo com uma grande dificuldade em encontrar materiais qualificados para este fim, o professor tem como objetivo ajudar os alunos em sua formação e conhecimento sobre nossa própria identidade afro-brasileira. Com esse incentivo ocorrerá progressivamente o rompimento com os estereótipos fincados há décadas, na sociedade brasileira sobre a história e a cultura afro-brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante a formação do docente para que se tenha um bom desempenho da educação, não apenas ao que se refere às temáticas presentes na grade curricular, mas também, ao que possa surgir. Assim, referindo-se as questões étnico-raciais, podemos considerar como um objeto de estudo e de ensino que necessita de bastante aprofundamento, pois caso o professor não se encontre preparado para lidar com estas questões, pode chegar a dar vazão a posturas de cunho racistas e preconceituosas para com os alunos. Assim, vendo a possibilidade de não se ter um “controle” ao trabalhar essa temática em sala de aula, após a implementação da lei 10639/03, ocorreu uma preocupação com a formação desses professores.



Tais preocupações são necessárias para que erros como: abordar a história dos negros partindo da escravidão; mostrar aos alunos o continente africano dotado de estereótipos, destacando a miséria e as doenças, exemplificando a aids; supor que o trabalho em torno das questões raciais devem ser feitos apenas por professores negros para alunos negros; dentre outros, não ocorram, pois o que de fato deve ocorrer, são acertos em torno de aprofundamentos ao falar sobre a história da África antes mesmo da escravidão, com foco nas contribuições por parte dos africanos para o desenvolvimento da humanidade, destacando pessoas que lutaram a favor do povo negro no decurso da história, conscientizando que as questões raciais é assunto de todos, com isso, reconhecer a necessidade de valorizar e respeitar os negros e a sua cultura, sem atitudes racistas, algo frequente no Brasil.

No entanto, é possível analisar através dos dados contidos nos gráficos que a lei 10.639/03 veio contribuir com a possibilidade de mostrar aos alunos a cultura e os valores afros, além de desmistificar essa noção de inferioridade cultural e humana negra. O imaginário dos alunos desde muito cedo é influenciado por literaturas eurocêntricas, onde a história do negro não tem vez e nem voz. Isso dificulta a quebra dos estereótipos impregnados na educação brasileira há tempos. Por isso é preciso uma conexão realista, dos alunos, com as culturas africanas, a fim de exterminar o preconceito e as violências raciais no ambiente escolar e social. E o melhor intermediário é a escola, que deve se empenhar em desenvolver atividades interdisciplinares e disciplinares, que envolvam os alunos em atividades voltadas para as diversidades culturas africanas e afro-brasileiras. E essas atividades devem estar voltadas para a escola, professores, alunos e a comunidade em geral, para que não só os alunos, mas também os pais conheçam e reflitam sobre a diversidade cultural afro.

REFERÊNCIAS

BENCINI, Roberta. **Educação não tem Cor**. Revista Nova Escola, Editora Abril, nov. de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 13 ago 2015.

_____. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2005.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo, 2007.

ROSA, Maria C. da. **Os professores de arte e a inclusão: o caso da lei 10639/2003**. 29ª Reunião Anual Da ANPED. Caxambu, MG, 2006. **Anais...** Caxambu: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT21-2610-Int.pdf>>. Acesso em: 12 de Agosto de 2015.